

DESTAQUES

■ COMEÇA NEGOCIAÇÃO DA
NOSSA CAMPANHA SALARIAL

Pág.2



■ SERVIDOR DA SAÚDE, BARTÔ,
CONTA SUA TRAJETÓRIA DE 34
ANOS DE SERVIÇO PÚBLICO

Pág.4



www.sindservsantoandre.org

f /sindservsantoandre.oficial

o /sindservsantoandre

Resistência, Honestidade e Luta

ESTOPIM



Edição | MAIO de 2021 | N° 413



AGORA É GREVE SANITÁRIA NA EDUCAÇÃO

Em defesa da vida de todos os trabalhadores e trabalhadoras da Educação, dos alunos e das famílias, a paralisação é contra o retorno às aulas presenciais sem vacina, condições de trabalho e segurança em meio à pandemia de COVID-19



Filiado à

CUT
SÃO PAULO

Fetam

CONFETAM



EDITORIAL

CAMPANHA SALARIAL 2021
REIVINDICAÇÕES

REPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA
6,89% - Índices inclui a reposição das perdas inflacionárias da data-base: 1º de maio, de acordo com o IPCA (Índice Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE) dos últimos 12 meses.

+ BENEFÍCIOS
Incorporação de 8% ao vale-refeição, à cesta básica, aos auxílios creche e babá. Esse índice foi o reajuste pago aos salários de 2020 e não foi incorporado aos benefícios. Aumento do valor da cesta básica de R\$ 110 para R\$ 260 para todos os servidores.

RECLASSIFICAÇÕES
Calendário de atendimento para todos os servidores que ainda não foram contemplados. O prefeito Paulo Serra (PSDB) fez promessa em sua campanha que irá atender as demais carreiras.

LICENÇA PRÉMIO
Aumento do valor destinado mensalmente a esse benefício em 100%, visando zerar a fila de servidores que aguardam o recebimento.

DEFESA DOS SERVIDORES E DO SERVIÇO PÚBLICO
Mobilização, luta sindical e legal
SINDSERV SANTO ANDRÉ

Finalmente, a Administração Municipal agendou a rodada de negociação da nossa Campanha Salarial 2021, na qual debateremos a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT). Nossa pauta foi aprovada em assembleia virtual por unanimidade pelos servidores e servidoras andreenses no dia 30 de março.

O processo de construção e aprovação da nossa pauta foi coletivo. Servidores de todas as secretarias e autarquias aprovaram reivindicações relevantes como: reposição inflacionária nos salários, nos benefícios econômicos e incorporação de 8% ao vale-refeição, à cesta básica e aos auxílios creche e babá.

Também será negociado um calendário de atendimento das Reclassificações para todas as categorias que ainda não foram contempladas. O prefeito Paulo Serra (PSDB) fez promessa em sua campanha que irá atender as demais carreiras.

Outras reivindicações propõem celeridade da Prefeitura no pagamento da Licença Prêmio e que sejam implementadas regras para regularizar o trabalho remoto das categorias que estão nesta modalidade, em razão da pandemia de COVID-19. Também cobraremos a inclusão dos servidores nos grupos prioritários de vacinação contra a COVID-19.

Essa luta não será fácil. Por isso é fundamental que todos estejamos unidos para enfrentar essa conjuntura de ataques aos direitos do funcionalismo. Participem de todas as nossas atividades! #Juntos Somos Fortes!

Direção do Sindserv Santo André

#NãoÀReformaAdministrativa

PRESSIONE OS DEPUTADOS NAS REDES SOCIAIS

Mais um ataque aos serviços públicos e aos direitos dos servidores está na ordem do dia. É a Reforma Administrativa, ou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 32), idealizada pelo Ministro da Economia Paulo Guedes e conta com apoio do presidente da República, Jair Bolsonaro (Ex-PSL).

Na prática, isso não é uma "Reforma", mas a destruição dos serviços públicos vitais à população: saúde, segurança, saneamento, educação, energia entre outros que são garantidos pela Constituição Federal Brasileira de forma gratuita e universal.

Bolsonaro e Guedes propagam mentiras sobre essa Reforma. A principal é que não irá "modernizar o serviço público", sua intenção é privatizá-lo, o que vai prejudicar toda a sociedade, em especial os mais pobres. Pela mesma razão, ele reduziu de R\$ 600 para R\$ 150 o auxílio emergencial para desempregados e informais.

O Sindserv Santo André, a CUT, a Fetam e Confetam – entidades representativas dos trabalhadores – têm denunciado todos os dias que essa Reforma é um dos maiores ataques aos servidores públicos do país. Não é modernização, é desmonte. Não vai melhorar o atendimento, vai privatizar. É mentira que o governo está quebrado. Dinheiro para o Bolso, esquema de corrupção montado no Palácio do Planalto, também não faltou.

Na direção contrária da "modernização", a PEC nº 32 ataca o Estado brasileiro, enfraquece, desestabiliza, precariza e desvaloriza órgãos e carreiras que prestam serviços públicos e implementam polí-

ticas públicas garantidoras de direitos, fundamentais para desenvolvimento justo, sustentável e soberano do país.

LIVE DO SINDICATO

O Sindserv elaborou um informativo que alerta sobre esse desmonte do serviço público brasileiro.

Para esclarecer e tirar dúvidas, o Sindicato fez uma live, no dia 6 de maio, que reuniu o supervisor técnico do (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) DIEESE, Victor Pagani, a diretora de Assuntos Jurídicos do Sindserv São Bernardo, Vívia Martins, e a diretora do Sindserv Santo André, a professora Daisy Dias.

Victor disse que a Reforma Administrativa é mais uma mudança na concepção do Estado brasileiro e visa acabar com o serviço universal, público e de qualidade e atingir toda a população, que não terá o servidor para prestar esse serviço ao público.

"Todos nós utilizamos os serviços públicos. A carne que você come é verificada por um órgão da Vigilância Sanitária, que é serviço público. Essa reforma desmontará esses servi-

ços e abre brechas que prejudicam todos os servidores, os atuais e futuros. Os chefes do Executivo poderão acabar com cargos/autarquias", alertou Victor.

A dirigente Vívia disse que todos os brasileiros já usufruíram e/ou podem vir a depender do serviço em qualquer momento da vida e defendeu a importância de manter a estabilidade, que será extinta caso essa PEC 32 seja aprovada pela Câmara dos Deputados.

"Com o fim da estabilidade, o servidor será impedido de denunciar irregularidades. A tal da avaliação de desempenho é para mandar você embora. Se o chefe não gostar de você pode te demitir. Não se enganem, todos nós seremos atingidos. Por isso, nós da CUT-SP e do Sindserv dizemos Não à Reforma Administrativa", disse a dirigente.

A professora Daisy Dias reforçou que a reação dos servidores é urgente. "A forma de barrarmos essa PEC é nas redes sociais, pressionando os deputados federais a cancelarem essa proposta. Temos que agir de forma conjunta e com unidade dos trabalhadores", finaliza.

DIGA NÃO!

CAMPANHA
PRESSIONE OS PARLAMENTARES PARA QUE VOTEM CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA!

Wilson Santiago Partido PTB - Estado PB	Marcos Aurilia Partido MDB - Estado PI	Gonzaga Patriota Partido PSC - Estado PE
Eduardo Da Fonte Partido PV - Estado PE	Dilma Stuard Partido PV - Estado CE	Marinaldo Rosendo Partido PSC - Estado PE

TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aliado do Governo Bolsonaro, o relator da proposta, deputado Darci de Matos (PSD-SC), afirma que "o texto será aprovado até o fim do primeiro semestre e da forma como está". Você pode lutar contra essa reforma. Acesse o site Na Pressão e mande seu recado para os deputados. Mande sua mensagem: Deputado (a), retire da pauta essa PEC32! Não à destruição do Serviço Público no Brasil! Junte-se a nós!



VIDAS DE TODOS IMPORTAM!



FOTO: TIAGO OLIVER

Trabalhadores e trabalhadoras da Educação realizaram Carreata em Defesa da Vida e da Greve Sanitária, no dia 17 de maio (foto), que saiu do Portão 5 da Craisa e terminou com um ato em frente ao Paço Municipal de Santo André.

O movimento, organizado pelo Sindserv Santo André, chamou atenção da população e da Administração Municipal sobre o absurdo do retorno das aulas presenciais em meio à pandemia de COVID-19, determinado pelo prefeito Paulo Serra (PSDB).

Só no Grande ABC o número de mortes chegou a 8 mil e no estado de São Paulo ultrapassou 102.934 mortes. O Brasil per-

deu mais de 430 mil brasileiros e brasileiras para esse terrível vírus. Hoje o país é o segundo maior em número de mortes, atrás apenas dos Estados Unidos.

Em assembleia, realizada no dia 13 de maio, os educadores aprovaram Greve Sanitária contra o Decreto Municipal 17.679 que determina o retorno de forma gradual a partir do dia 24 de maio.

O retorno à sala de aula, segundo Paulo Serra, acontecerá em etapas e não será obrigatório. Ele disse que voltariam preferencialmente as professoras/professores que foram vacinados.

No entanto, o número de pro-

fissionais vacinados é muito baixo. Hoje estão sendo vacinados educadores acima de 47 anos, muitos correm o risco de não receberem a segunda dose da vacina, por causa da falta de insumos.

"Mais uma vez tomamos conhecimento do retorno das aulas presenciais pela rádio, nem a Secretaria de Educação tinha essas informações. Um absoluto desrespeito com todos nós profissionais, que seguimos trabalhando remotamente nesta pandemia e sem condições de trabalho. O retorno agora é assistir a morte de colegas ou a nossa própria morte, e não queremos isso. Nossa Greve é pela Vida", disse a diretora do Sindserv Santo

André, a professora Daisy Dias.

O Sindicato protocolou, no dia 14 de maio, ofício de greve ao Prefeito Paulo Serra, ao Secretário de Administração, Pedro Seno, e à Secretaria de Educação, professora Cleide Bochixio.

No documento, o Sindicato também reivindica a abertura de uma mesa de negociação.

LUTA PELA VIDA

Os profissionais defendem o retorno à sala de aula com a garantia de medidas e protocolos de segurança contra a Covid-19, testagem em massa, fornecimento de EPIS e vacinação para toda comunidade escolar.

Um abaixo-assinado do Sindserv e dos educadores foi entregue à Prefeitura e à Câmara.

RISCOS DE CONTRAIR COVID-19 NAS ESCOLAS

O prefeito Paulo Serra justificou em sua live, no dia 12 de maio, "que as crianças não transmitem COVID-19", mas não é bem assim.

Estudo recente da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), da Universidade da Califórnia e da London School of Hygiene and Tropical Medicine indica que as crianças têm mais risco de se infectarem com o vírus, mas não transmitem aos adultos somente se as escolas e creches adotarem todas as medidas de segurança contra a Covid-19 e os profissionais da Educação estiverem adequadamente imunizados.

Em Santo André, a realidade é bem diferente: somente 24% dos educadores foram até agora imunizados e as escolas/creches não têm condições sanitárias, que os pesquisadores recomendam.

A REALIDADE DAS ESCOLAS ANDREENSES



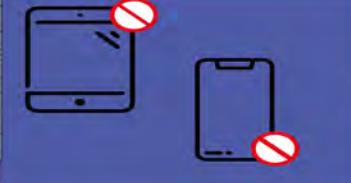
Muitas escolas não têm sabonete, produtos de higiene e infraestrutura para conter pandemia de COVID-19.



Salas pequenas sem ventilação natural, sem tomada, faltam materiais de limpeza/higiene pessoal, além de condições precárias de infraestrutura.

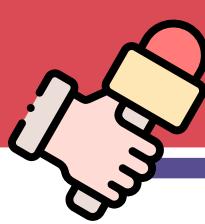


A Prefeitura não forneceu EPI (Equipamento de Proteção Individual), como máscaras recomendadas pela OMS (N95 e PFF2) e álcool em gel.



As professoras e professores são obrigados a usarem os seus próprios celulares e computadores. Muitos compraram pagando do próprio bolso.

Fotos: Emeief Prof Nicolau Moraes Barros que retornou no dia 19 de maio.



“Na minha época, os direitos eram mais respeitados”, diz Bartô



Natural de Caruaru, cidade de Pernambuco, o convidado desta edição deste mês é o servidor aposentado da saúde e diretor do Sindserv Santo André e da Associação dos Servidores Públicos, José Bartolomeu de Lima, mais conhecido como Bartô.

Ele ingressou no serviço público de Santo André em 1989, na época a Prefeitura estava sob o comando do então prefeito Celso Daniel (PT).

Casado com a senhora Maria Silvia, pai de três filhos e corintiano de coração, Bartô também foi representante legal do Sindserv Santo André, em 2009.

Antes da pandemia, seu lazer era jogar bola com os colegas do Sindicato, chegaram até a montar um time. Ele contou um

pouco dessa história de 34 anos de dedicação e lutas em defesa do funcionalismo público. Leia a seguir:

Estopim Como você ingressou no serviço público?

José Bartolomeu de Lima: Ingressei em 1989 no serviço público, antes eu trabalhava na Volkswagen, em São Bernardo. Comecei na Secretaria dos Transportes, na oficina mecânica, como funileiro de autos. Fiquei oito anos.

Em 1994, eu tive que fazer uma cirurgia no coração, após meu retorno, eu fui transferido para a Secretaria da Saúde, como adaptado. Depois fui para UPA Bangu, trabalhei no atendimento da recepção. Eu fiquei no Bangu até 2014, e depois fui transferido para a UPA Paranapiacaba, quando me aposentei em 2020.

Estopim: Como era o serviço público naquela época?

Bartô: Era diferenciado, os direitos dos trabalhadores eram mais respeitados, em comparação a hoje que temos governos neoliberais que adotaram reformas, como trabalhista e previdenciária, que só retiraram direitos da classe trabalhadora. E hoje temos mais um ataque ao servidores e ao serviço público que é a

Reforma Administrativa. Temos que lutar e resistir.

Estopim: Quando iniciou no movimento sindical?

Bartô: Iniciei em 1990 na gestão da primeira mulher presidente do nosso Sindicato, a Dona Durvalina. Bons tempos de lutas. Fui representante legal em 2009 e fizemos muitas greves e protestos que resultaram em melhorias nas condições de trabalho e direitos.

Estopim: Conte-nos quais foram as principais conquistas daquela época?

Bartô: Uma das principais foi o direito ao vale-transporte. Em 1990, o transporte dos servidores aos locais de trabalho era feito por meio de caminhão. O pessoal ia trabalhar e entrava na carroceria. Além de perigoso, por causa do risco de acidentes, as condições daquele transporte eram precárias e desumanas.

Estopim: O que gostava de fazer antes da pandemia? Quais lições você aprendeu?

Bartô: Antes da pandemia, eu gostava de bater uma bola com meus amigos do Sindicato, inclusive montamos um time, que tem o nosso presidente Durval no time. Eu e ele sempre apanhávamos nos jogos (risos). Nesta pandemia, eu perdi um sobrinho, primo e a esposa dele para Covi-19.

Aprendi que temos que ajudar uns aos outros e se cuidar bem.



MAIS UMA VITÓRIA NOS BIÊNIOS

De forma unâime, os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acataram a tese do Sindicato em defesa dos servidores em resposta à apelação da Administração Municipal, mantendo a vitória obtida em primeira instância pelo Sindicato, em 2 de fevereiro deste ano.

“Portanto, de rigor a contagem do tempo efetivamente trabalhado, para fins de concessão dos benefícios, afastando-se apenas o respectivo pagamento e/ou a sua atual fruição, observando que tal determinação não está em contradição com o recente julgado do STF. Ante ao exposto, de rigor a manutenção da r. sentença de primeiro grau”, destaca final da sentença, publicada no dia 5 de maio, pelo TJ-SP. (Registro: 2021.0000341082)

Isso significa que a Prefeitura deve retomar os pagamentos da licença prêmio e biênios, em respeito à decisão judicial de segunda instância. Os servidores e servidoras andrenenses que tenham direito à licença prêmio e aos biênios, no período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro deste ano, devem ter o direito garantido de usufruir desses benefícios.

A Prefeitura deve cumprir a Lei e não ficar recorrendo de um direito que é devido aos servidores e previsto em lei. A ação foi ingressada pelos assessores jurídicos do Sindserv Santo André, doutores Miguel Ferrazoni e Cleiton Coutinho.

A Prefeitura poderá recorrer com embargos de declaração, após, com o recurso especial e extraordinário ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Supremo Tribunal Federal), respectivamente.